

CRIME E CASTIGO



Um podcast original da Rádio Novelo

Episódio 4

Restauração

Branca Vianna: Oi, eu sou a Branca Vianna. Antes de começar, eu queria dar um aviso aqui pros ouvintes. Essa série fala de violência e de violência sexual. Então fica o alerta pra quem é sensível a esses temas. E eu recomendo, claro, que você não escute acompanhado de crianças.

Branca Vianna: Hoje a gente vai começar com uma história que aconteceu em Planaltina, que é uma cidade satélite de Brasília. Era 23 de dezembro de 2012. Pertinho do Natal. Mas essa história não tem nada de natalina.

Já tinha anoitecido. Um cara, o Leonardo, que tava com 22 anos na época, discutiu com a mulher dele. Ele saiu nervoso de casa e pegou o carro.

A umas poucas quadras dali, tinha uma família reunida na calçada, combinando os últimos detalhes da ceia de Natal no dia seguinte. Mal deu tempo de eles verem o carro dobrando a esquina, desembestado. Era o Leonardo.

Ele perdeu o controle do carro e subiu na calçada. A mulher mais velha do grupo morreu. Os outros tiveram ferimentos mais ou menos graves. Os homens da família juraram o Leonardo de morte.

Mas o desfecho dessa história foi muito diferente do que a gente podia imaginar.

Crime e Castigo, um podcast original da Rádio Novelo. Episódio 4: Restauração.

Branca Vianna: As testemunhas que estavam na rua na hora do atropelamento contaram que o Leonardo largou o carro pra trás e fugiu correndo, sem prestar socorro.

No dia seguinte, véspera de Natal, parentes e vizinhos das vítimas botaram fogo no carro dele em protesto.

Naquela mesma tarde, o Leonardo se apresentou na delegacia. Prestou depoimento e foi liberado em seguida. Ele foi indiciado pelo crime de homicídio culposo, que é como se chama quando o assassino não tem a intenção de matar. E podia responder ao processo em liberdade.

Só que as famílias do Leonardo e das vítimas eram vizinhas. Todo mundo se conhecia. O Leonardo até jogava bola com os filhos da mulher que morreu no acidente. Óbvio que a amizade não sobreviveu ao atropelamento.

Quem contou essa história pra gente foi a juíza Catarina Corrêa. A Catarina acompanhou de perto a história do atropelamento em Planaltina. E ela ouviu várias vezes a família vítima do acidente – e também o Leonardo.

Catarina Corrêa: Ele saiu realmente fugido, porque os filhos da senhora que faleceu diziam que se ele aparecesse por lá, eles o matariam.

Branca Vianna: Pra não ter que encontrar os vizinhos, ele se mudou pra outra cidade, sozinho. A família dele continuou morando na mesma vizinhança.

Catarina Corrêa: Uma vez ele tentou-- ele tentou não, ele foi no porta-malas do carro de um amigo, escondido, lá no bairro para ver a filhinha dele de dois anos. E a menina, depois que o viu, não queria largá-lo, não queria deixá-lo ir embora. "Papai, você tem que ficar, porque é que você tá fora, papai?"

Branca Vianna: Enquanto isso, a família das vítimas do atropelamento tinha que lidar não só com o luto da avó que morreu, mas também com as sequelas dos outros atropelados. Uma criança precisou fazer uma traqueostomia e perdeu a visão de um dos olhos. A mãe dessa criança teve lesões leves. Já a nora da senhora que morreu, além de ferimentos leves, não conseguia mais engravidar depois do acidente – que era um plano dela desde antes.

Imagina: a convivência entre as famílias vizinhas era a pior possível.

Catarina Corrêa: A mãe dele, a mãe do Leonardo, dizia que era um constrangimento horrível para ela, porque uma das filhas da senhora era caixa do único supermercado da comunidade. E toda vez que ela ia ao supermercado ficava aquele clima horrível entre elas duas.

Branca Vianna: Enquanto isso, o processo judicial tava correndo. E, cada vez que tinha uma audiência, a tensão crescia ainda mais. O Leonardo só conseguia entrar no Fórum protegido por seguranças.

Catarina Corrêa: Porque os irmãos iam para fora, a comunidade ia para fora com a ideia de linchar. Enfim, de pegar o Leonardo, né?

Branca Vianna: Aqui comigo, a Flora Thomson-DeVeaux e a Paula Scarpin da Novelo.

Flora Thomson-DeVeaux: Linchamento é uma resposta que a sociedade determinou que não é aceitável, né?

Branca Vianna: É, não, não é aceitável. Mas acho que seria aceitável, a gente entenderia como uma resposta, assim, “adequada”, entre aspas, se o atropelador ficasse preso numa cela durante uns anos. Isso seria considerado normal.

Paula Scarpin: Mas será que existe alguma resposta à altura dessa perda, de uma perda daquele tamanho? A avó morta, uma criança cega de um olho, todo mundo traumatizado...

Flora Thomson-DeVeaux: Acho que não. Enfim, o Leonardo confessou o crime, ia responder em liberdade... mas, mesmo que ele tivesse sido preso desde o começo, sei lá, as vítimas dificilmente iam sentir que a justiça tinha sido feita.

Branca Vianna: Só que o processo não seguiu pelo caminho tradicional. Ele foi encaminhado pro núcleo em que a juíza Catarina Corrêa trabalhava.

Se você ouviu o *Praia dos Ossos* até o final, talvez se lembre do nome ou da voz da Catarina. Ela foi a primeira pessoa a falar pra gente de justiça restaurativa. A Catarina coordenava o núcleo de justiça restaurativa do TJ do Distrito Federal. Ela contou pra gente como o caso se desenrolou.

Mas, antes, eu queria contar outra história, que aconteceu em Santarém, no Pará.

Mais especificamente em Murumurutuba, que é um dos quilombos da região. Lá também, assim como em Planaltina, a comunidade passou a viver num clima de tensão constante por causa de um conflito entre moradores.

Quem contou essa história pra gente foi o Maike.

Maike Kumaruara: Eu sou Maike Kumaruara, né, eu-- eu pertenco a essa etnia, Kumaruara, aqui do Baixo Tapajós. Me considero um índio preto da Amazônia. Eu sou um militante do movimento indígena aqui, do grupo Consciência Indígena, e também sou ativista do movimento negro aqui nessa região...

Branca Vianna: Só que antes de ouvir sobre esse conflito específico, é importante a gente entender melhor a região.

Maike Kumaruara: Santarém está no fogo cruzado, né? A gente vive

uma cidade tensa, entre quem vem de fora e quem historicamente está por aqui...

Branca Vianna: Curiosamente, um dos marcos da história de Santarém é... o fim da Guerra Civil Americana, em 1865.

Maike Kumaruara: Quando as famílias brancas, escravocratas, perderam, eles vieram para a região de Santarém. E essas famílias ganharam ações afirmativas do Estado, né? Ganharam terras, ganharam títulos e se associaram à família do Barão de Santarém. E ganharam grandes extensões de terras e, automaticamente, escravos, né? E esses escravos, dessas grandes propriedades, foram fugindo e formando quilombos...

Branca Vianna: Quando a escravidão foi abolida no Brasil, grande parte dos quilombolas preferiu continuar morando nos povoados que eles tinham formado. Acontece que foi só cem anos depois, em 1988, que a constituição brasileira garantiu que os quilombolas tivessem o direito à propriedade e ao uso da terra em que já tavam morando havia tanto tempo.

Maike Kumaruara: Assim como Palmares, aqui na Amazônia nós tivemos muito território onde negro, indígenas, se juntavam e tentavam Sobreviver. Mas por que eu estou falando isso? Porque recentemente nós, enquanto identidade, nós estamos sendo questionados, tipo, os quilombolas não são pretos suficientes, os indígenas são todos misturados, tem indígena que não tem o fenótipo indígena...

Branca Vianna: Esse emaranhado identitário é importante pra gente entender a disputa que tava rolando em Murumurutuba.

Maike Kumaruara: Nós temos pequenos criadores de gado. E esses pequenos criadores de gado, quando a água sobe, eles têm que passar o gado, para o gado se alimentar na várzea, e só tinha uma única passagem. E essa passagem era no terreno do Seu Júlio.

Branca Vianna: Só que tinha um detalhe: a Associação Quilombola não reconhecia o Seu Júlio como quilombola.

Maike Kumaruara: O Seu Júlio é um descendente nordestino, tem a pele mais-- ele é branco... e acho que a comunidade de quilombolas não o aceitavam muito bem. Ele não queria que o gado passasse porque o gado atrapalhava, sujava o terreno dele. E isso tinha ido pela delegacia, ameaça de morte, o gado chegou a passar algumas vezes com a presença policial, com policial armado.

Branca Vianna: Pra resolver o problema, a polícia chegou a "escortar" o gado pra várzea, pela propriedade do Seu Júlio. Só que ele não queria deixar o pessoal voltar

com o gado pelo mesmo caminho. O tempo ia passando e ninguém conseguia chegar a um acordo.

Maike Kumaruara: E isso chegou nas nossas mãos na Clínica de Justiça Restaurativa, que é ligada à Universidade em parceria com o Ministério Público.

Branca Vianna: Na época, ele tinha acabado de entrar pra Clínica de Justiça Restaurativa da Amazônia, que é da Universidade Federal do Oeste do Pará. A disputa pela passagem do gado ia ser o primeiro trabalho dele como "facilitador". "Facilitador" é alguém treinado pra mediar conflitos.

Lembra da Valentina Homem, que apareceu aqui no episódio passado, ela que tentou encontrar um caminho extrajudicial pra responsabilizar o estuprador dela? Sem saber, ela e a amiga advogada dela, a Júlia Sandroni, reinventaram o principal pilar da justiça restaurativa.

Basicamente, a justiça restaurativa é mesmo aquilo que a Valentina tentou fazer: você reage a uma ofensa, ou um dano, colocando em primeiro lugar não o castigo pro ofensor, mas a reparação pra vítima. Você foca não em quem tem que sofrer pelo que aconteceu, e sim em quem tá sofrendo pelo que aconteceu.

Só que ao contrário da experiência da Valentina e da Julia, o trabalho do Maike é feito com o conhecimento de juízes e promotores. E o Maike foi treinado pra isso.

É um processo delicado que começa com a visita ao lugar do conflito, e às partes envolvidas. No caso: o Seu Julio e os quilombolas que queriam passar com o gado pelo terreno dele.

Maike Kumaruara: E a gente foi lá para reconhecer o que estava havendo ali naquela região.

Flora Thomson-DeVeaux: É o mesmo processo da história da Planaltina, né?

Branca Vianna: É. E foi a justiça restaurativa também que mudou o rumo desse caso de atropelamento em Planaltina. Porque a família das vítimas tinha ameaçado de morte o Leonardo, que era quem tinha atropelado a família, ele tinha tido que fugir para outra cidade, longe da família dele. Então tava essa tensão toda quando o caso chegou na mesa da juíza Catarina Corrêa.

Catarina Corrêa: A juíza que era responsável pelo processo, antes de sentenciar ela encaminhou os autos para... para o Centro de Justiça Restaurativa que já funcionava lá em Planaltina, e que a gente já atendia vários casos lá.

Branca Vianna: Você falou que a juíza encaminhou para o Núcleo de Justiça Restaurativa, né?

Catarina Corrêa: Isso.

Branca Vianna: Por que ela fez isso? Por que esse caso específico foi mandado para a justiça restaurativa?

Catarina Corrêa: Porque ela sentiu que, como eu lhe falei, aquele clima todo nas audiências, ela sentiu que ao sair a sentença as partes, principalmente as vítimas, iam ter uma sensação de impunidade muito grande.

Paula Scarpin: Bom, até aí, acho que a sensação de impunidade nas vítimas é praticamente uma regra em todos os crimes, ne, os dolosos ou não, os culposos também...

Flora Thomson-DeVeaux: E nem é todo crime que é apto pra justiça restaurativa. Tem algumas condições, tá até no site do TJ, que diz que todo mundo tem que participar voluntariamente, enfim, e os dois lados têm que concordar sobre o que aconteceu. Também o ofensor precisa assumir a responsabilidade, e a vítima ainda precisa estar sob os efeitos do trauma – ou seja, ainda precisa estar sofrendo pelo que aconteceu, porque, enfim, se tá tudo bem, não faz sentido fazer essa mediação toda.

Branca Vianna: É tudo complicado, né, porque como é que se define se a vítima ainda tá sob os efeitos do trauma, né, assim...

Flora Thomson-DeVeaux: Acho que deve ser meio autodeclarado, né – se a pessoa diz, “não tá tudo bem comigo”, enfim. Essa coisa de impunidade, sei lá.

Branca Vianna: A pessoa diz “não, ok, passou, isso é coisa do passado, não quero lidar com isso..”

Paula Scarpin: Aí não precisa.

Flora Thomson-DeVeaux: Mas isso tem a ver com a voluntariedade de qualquer forma, né, que, assim, primeiro o ofensor precisa topar para entrar no negócio e aí a vítima tem que falar, “eu quero isso.”

Paula Scarpin: Todo mundo tem que estar a fim, e todo mundo tem que estar de acordo com o que aconteceu. Todo mundo tem que entender que, sim, houve o atropelamento – no caso do Leonardo, né – sim, teve um atropelamento, sim, “eu matei essa senhora”...

Flora Thomson-DeVeaux: Matou, mas também foi sem querer, né, imagino que isso faça parte da narrativa, porque a família.

Paula Scarpin: Inclusive pras vítimas. A família sabe que ele não planejou atropelar.

Branca Vianna: E não é bem o que a gente pensa, né, porque a gente pensa só na gravidade do crime. Nesse caso, por exemplo, o fato dele ter feito ou não de propósito, mas o fato é de que morreu uma pessoa. Então o que a gente pensa é assim, se o crime é “sério demais” pra passar pela justiça restaurativa ou se é “leve demais” pra merecer esse investimento todo de tempo, de facilitadores, de reuniões antes dos encontros e tudo.

Flora Thomson-DeVeaux: Não é essa triagem.

Branca Vianna: Mas na verdade, não é assim. Na verdade, o que parece ser mais importante é a natureza da ofensa, se tem uma vítima, se os dois lados topam conversar.

Paula Scarpin: E são os facilitadores que vão confirmar todas essas condições antes do processo começar.

Catarina Corrêa: Então, os facilitadores, eles entraram em contato com, primeiro, o próprio Leonardo. Porque o primeiro contato é sempre com o ofensor... na nossa prática. Porque a ideia é de que de nenhuma forma nós revitimizemos a vítima. Então se eu chamo a vítima e digo: "olha, eu tenho isso para te oferecer", e depois o ofensor não quer participar, e eu vou chamar a vítima: "olha, eu não tenho mais nada para te oferecer", de alguma forma eu estou revitimizando. Então a ideia é sempre esse cuidado com a vítima. Então entraram em contato com o Leonardo, tiveram vários encontros com o Leonardo para entender se ele tinha condições de participar, se ele assumia as responsabilidades dele, e se ele tinha realmente alguma coisa a oferecer para as meninas.

Branca Vianna: Essa "coisa a oferecer" não é, necessariamente, uma compensação material. É mais no sentido de estar aberto ao diálogo, de assumir a responsabilidade.

Catarina Corrêa: E então quando os facilitadores perceberam que o Leonardo poderia participar, eles entraram em contato com a família. Com as vítimas, né? Com a filha da senhora que faleceu e a nora, e também com os filhos, com os irmãos. Só as mulheres aceitaram participar. Os homens não queriam participar do encontro com Leonardo, mas eles permitiram que as mulheres participassem. Eles

não se opuseram à participação delas. E então se iniciou o processo também com elas, com a escuta delas, com esses encontros com elas para entender quais-- quais foram os danos que elas sofreram, no que elas necessitavam ser reparadas, quais as perguntas que elas queriam que o Leonardo respondesse.

Branca Vianna: Esses encontros que você está falando são encontros antes delas se encontrarem com o Leonardo?

Catarina Corrêa: Antes.

Branca Vianna: São encontros com a equipe, né?

Catarina Corrêa: Com a equipe, com os facilitadores. Foram quatorze pré-encontros nesse caso.

Branca Vianna: Tá.

Catarina Corrêa: Até os facilitadores sentirem que as pessoas estavam seguras e preparadas para participar desse encontro conjunto. Porque a ideia é de que o trabalho do facilitador é o trabalho dos pré encontros, é o trabalho de preparar as pessoas, porque o momento do encontro é daquelas pessoas. O momento do encontro pertence à vítima e ao ofensor.

Branca Vianna: É nesses pré-encontros que é definido quem vai falar primeiro, quem pode tá presente, quem os dois lados do conflito gostariam que fosse lá pra dar apoio.

Catarina Corrêa: O crime, ele tira da vítima a sensação de controle, de escolha e de liberdade. E esse processo de preparação também já é um processo de devolução para a vítima dessa sensação de controle, de liberdade, de escolha.

Branca Vianna: Quando todas as partes tavam se sentindo seguras e preparadas, o encontro aconteceu.

Catarina Corrêa: A primeira pergunta que a filha fez ao Leonardo foi: "Por que você fez isso com a minha mãe? Ela gostava tanto de você". [pausa] E o Leonardo, como ele teve todo esse tempo de preparação ele já entendia o que tinha acontecido com ele mesmo e ele podia se explicar. E o encontro se deu de uma forma muito tranquila, muito harmoniosa. Elas fizeram as perguntas que elas necessitavam, o Leonardo não se esquivou das respostas, ele ofereceu para elas a narrativa do que tinha acontecido, de como tinha acontecido, de porque tinha acontecido. E depois eles chegaram a um entendimento sobre o que o Leonardo poderia reparar em termos materiais.

Branca Vianna: A prioridade da família das vítimas era conseguir pagar as cirurgias da criança que mais teve sequelas no acidente.

Catarina Corrêa: Primeiro uma cirurgia plástica, porque a marca da traqueostomia é muito forte, e então toda vez que a criança saía à rua alguém perguntava "o que é isso?", e nesse "que que é isso?" vinha tudo à tona. Para a criança e para a mãe. E também a operação do olho da criança, porque tinha condições dela recuperar a visão. Então esses eram os pontos mais importantes para elas. E o terceiro ponto, um tratamento para que a nora pudesse engravidar, porque ela desejava demais esse terceiro filho. E entre os fatos e todo esse processo restaurativo, passou mais de um ano, e ela não conseguia engravidar. Então no acordo, ficou estabelecido que ele arcaria com as cirurgias da criança e com o tratamento para que ela pudesse engravidar.

Branca Vianna: Nesse acordo, o Leonardo ia passar a pagar um valor mensal pra família das vítimas arcarem com as despesas médicas.

Catarina Corrêa: Acontece que o Leonardo para conseguir pagar mesmo esses valores mensais ele tinha que voltar a morar na casa dele, porque ele estava pagando dois aluguéis e para ele fazia muita diferença esse dinheiro do outro aluguel. Então os irmãos permitiram que o Leonardo voltasse a morar na casa dele.

Flora Thomson-DeVeaux: Cara, eu fiquei, enfim, a gente tá falando sobre como que você pode reagir a uma perda dessas, uma tragédia dessas, e eu fiquei muito impressionada com esse caso. Vocês perdoem essa analogia que eu vou fazer... mas... é horrível... [risos] mas é que eu sempre penso, tem um restaurante a quilo aqui no Rio, que a gente adora, que tem o lema que é o seguinte: "o melhor que um restaurante a quilo pode ser". [risos] E nesse caso, parece meio que assim, "o melhor desfecho que uma tragédia dessas pode ser", né?

Paula Scarpin: Sim, essa analogia cabe muito bem.

Flora Thomson-DeVeaux: Sem querer ser leviana, porque é real, tipo [ri] Esquece o quilo, mas, tipo assim... é uma merda. Então qual que é a melhor resolução para essa merda?

Branca Vianna: Porque a merda não vai des-acontecer.

Paula Scarpin: Não. Pra família da vítima ainda vai ficar o trauma, o

luto... mas eles pelo menos conseguiram reparar os problemas de saúde, parece que eles ficaram mais apaziguados, né.

Branca Vianna: Pro Leonardo acabou sendo também muito melhor, porque ele tava morando na outra cidade, longe da família...

Paula Scarpin: Da filha...

Branca Vianna: E ele conseguiu voltar – longe da filha, pois, é – e aí ele conseguiu voltar e morar de novo com a família dele...

Paula Scarpin: Agora, só que esse caso de Planaltina é muito diferente do de Santarém, né? Acho que além da natureza do crime – em Santarém não teve nenhuma morte... – o caso ainda tava acontecendo quando o Maíke foi chamado. Pensando na estrutura do processo. Tipo, esse caso só foi parar nos facilitadores da equipe da Catarina quando já tinha acontecido o atropelamento, não tinha como ter parado antes, porque foi um acidente. Mas no caso do Maíke, a equipe dele foi chamada quando ainda tava tudo acontecendo.

Flora Thomson-DeVeaux: Antes de dar uma merda maior.

Paula Scarpin: Isso. E como que era isso? Os quilombolas tavam ali na várzea do rio esperando o Maíke convencer o Seu Julio a deixar eles passarem com o gado?

Branca Vianna: Foi mais ou menos isso mesmo. Porque no caso deles, não foi o juiz que encaminhou o caso, como em Planaltina, porque não tinha nem processo ainda. Quem procurou eles foi o presidente da Associação Quilombola, que já conhecia o trabalho da Clínica de Justiça Restaurativa, e foi lá pra ver se achava uma solução que não fosse chamar a polícia, né.

Flora Thomson-DeVeaux: Antes de dar em tragédia, no caso.

Branca Vianna: É, antes, porque eles tinham que decidir – o gado tinha que voltar, né, o gado tinha passado com escolta da polícia, e agora o gado tava lá e uma hora o gado ia ter que voltar por causa de cheia e seca e tal, e tava chegando perto dessa hora.

Paula Scarpin: Tinha esse impasse, né.

Maíke Kumaruara: A gente tem que saber fazer esse trâmite de entrada, né? Porque olha só, a gente foi com o presidente da associação quilombola. E aí a gente conversou com ele, ele relatou o problema e levou a gente para conversar com determinadas pessoas.

E aí todo mundo dava uma visão de Seu Júlio. Nós pegamos uma visão de que Seu Júlio era um velho rabugento, solitário, encrencado. Eles falavam muito na palavra "aluado". Ele era de lua. Determinada época da lua ele está mais brabo, ou ele conversa numa boa. Ele era um cara que encrencava com toda a comunidade, encrencava pela canoa, encrencava pela passagem do gado. Ele era o-- O problema na comunidade era ele.

Branca Vianna: A impressão que Maíke tinha do Seu Júlio depois dessas conversas era a pior possível. Ele não tinha a menor pinta de alguém que ia topa participar de um processo restaurativo.

Maíke Kumaruara: A imagem que foi criada na nossa cabeça, principalmente na minha, foi do Urtigão. Não sei se vocês lembram de um quadro de um gibi que tinha um velho que tinha uma arma, que ninguém... no território dele, dava tiro.

Branca Vianna: Sim...

Maíke Kumaruara: Então a gente: pô, a gente vai se deparar com o Urtigão agora. E a gente-- Sabe, difícil de entrar no terreno dele, a gente teve que passar...

Flora Thomson-DeVeaux: Você estava com medo?

Maíke Kumaruara: Sim. Sim! A gente estava com medo de como a gente ia ser recebido, né? Aí eu me lembro que o Nirson ia bem devagarzinho e dizia numa voz fina: "Seu Júlio! Seu Júlio! Seu Júlio!" e eu ia atrás.

Branca Vianna: Nirson é um professor que também trabalha na Clínica de Justiça Restaurativa.

Maíke Kumaruara: Eu falei: "Vai na frente, qualquer coisa eu corro aqui..." Aí ele apareceu. Um senhor, arrumando um remo, um chapéu de palha, uma camisa de botão aberta, um short bem fininho que chamam de "tectél", descalço. Aí a gente falou: "o senhor é o Seu Júlio?" Ele diz: "Sou". A gente-- "Nós somos da Universidade, a gente faz parte da Clínica de Justiça Restaurativa, a gente trabalha com conflitos. A gente queria conversar com você. Pode ser?"

Branca Vianna: Pra surpresa do Maíke e do Nirson, o Seu Júlio falou de cara que topava.

Maíke Kumaruara: Aí ele botou duas cadeiras, nós sentamos. E o que nós encontramos? Um senhor idoso, com depressão, doente, diabético, morando só. E ele contou que a comu-- jovens jogavam

pedra na casa dele, desamarravam a canoa dele, perturbavam o cachorro dele quando ele estava dormindo. E que ele não tinha-- tinha poucos amigos na comunidade, só tinha amigos próximo de um pessoal religioso, umas amigas que eram de uma igreja evangélica lá na comunidade. Então tudo isso também tem tensões na comunidade: os evangélicos, católicos, quilombolas, não-quilombolas, indígenas, não indígenas, né, então é muito rico para conflito aqui. Agentes externos, enfim...

Branca Vianna: Então, o Maike e o Nirson explicaram pro Seu Júlio como que ia funcionar o processo.

Maike Kumaruara: A gente disse: olha, Seu Júlio, a gente queria sentar com você e com criadores de gado para tentar encontrar um acordo para essa passagem de gado aqui. Ele disse: "Olha, eu já tentei reunir com eles várias vezes e eles não cumprem o combinado, eles atrapalham meu terreno, então não vai passar gado aqui não". Falei, "Mas quer sentar com eles?" "Não, porque eles vão falar isso, vão falar aquilo, vão falar muito...". Eu falei, a gente explicou: "Seu Júlio, a gente tem todo um método, um procedimento. Não vai ser um bate-boca, não vai ser uma plenária, não vai ter caráter de assembleia. E o senhor vai poder falar tudo que o senhor quiser."

Branca Vianna: O Seu Júlio ouviu os argumentos do Maike e acabou se convencendo. Agora só faltava acertar os termos com os vizinhos quilombolas.

Maike Kumaruara: Aí eu fui falar com o presidente da comunidade, ele disse que não queria participar do círculo, porque o Seu Júlio não gostava dele e a gente ia ter dificuldade de estabelecer um diálogo, mas que os outros criadores de gado poderiam ir. Eu falei: "tá, tudo bem, então vamos montar um círculo em que a gente consiga ter um consenso".

Branca Vianna: E buscar consenso numa situação dessas não é nada fácil.

Maike Kumaruara: Aí a gente conversou com as pessoas, tinha dois professores bem resistentes a Seu Júlio, falando que ele não tinha jeito, que se fosse por eles o gado ia passar na marra.

Branca Vianna: Além da questão do gado, cada lado tinha muito preconceito em relação ao outro.

Maike Kumaruara: Seu Júlio disse: "Olha, aqui tem uma mulher que é agente de saúde, que ela faz feitiço e tal". Ela é, sabe, inimiga capital dele, assim.

Branca Vianna: E teve gente jogando pedra pro lado do Seu Júlio também.

Maike Kumaruara: Fazendo questionamentos de várias formas, até questionando a sexualidade dele...

Branca Vianna: E o Maike ali, tentando conciliar os interesses dos dois lados.

Maike Kumaruara: Eu falei: "olha, isso aqui-- Primeiro, você é criador de gado?" "Não". "Então isso aqui-- a gente não entra nesse debate, eu quero reunir é com os criadores de gado e Seu Júlio", e tal.

Branca Vianna: Pelo visto, jogo de cintura é a alma do negócio. E, assim como no caso do atropelamento em Planaltina, a preparação antes do encontro foi fundamental pros facilitadores mapearem quais eram as saídas possíveis pro acordo.

Maike Kumaruara: E no pré-círculo com os criadores de gado nós tínhamos uma alternativa, porque uma professora, que é esposa de um criador de gado, disse: "Olha, é possível passar pelo terreno do meu pai. E a gente pode falar isso para o Seu Júlio". Mas a gente disse "Então, o gado"-- Como está em cima, faltava uma semana para o gado ter que voltar - ele tinha passado, mas tinha que subir.

Branca Vianna: Quer dizer: naquela altura, já tava em cima da hora demais, e a única saída possível pra passar o gado antes da cheia do rio era pelo terreno do Seu Júlio. Mas, pro ano seguinte, talvez desse pros animais passarem por outro terreno. Então o plano de ação tava traçado.

E o Seu Júlio, o Urtigão que botava medo em todo mundo, topava sentar e amarrar um acordo.

Maike Kumaruara: Certo. Então ficamos empolgados, eu fui lá com Seu Júlio marcar o horário, o local.

Branca Vianna: Já os criadores de gado ainda tavam descrentes.

Maike Kumaruara: Mas eu cheguei lá e o pessoal estava rindo, achando que ele não ia aceitar. "E aí, falou com o aluado? Falou com...". "E ele aceitou?" Falei: "não, ele aceitou reunir com vocês amanhã". O pessoal ficou em silêncio, assim. "Aceitou?". "Aceitou". Então está marcado amanhã, três horas aqui na comunidade para a gente fazer esse acordo.

Branca Vianna: Tava tudo se encaminhando pra ser "mamão com açúcar". Chegar lá, resolver tudo, correr pro abraço. Só que essa briga vinha de gerações passadas.

Maike Kumaruara: Quando a gente chegou na escola, a situação ficou muito tensa. Porque o Seu Júlio tinha uma rivalidade com um parente dele, que o pai do Seu Júlio tinha matado o pai de criação

desse parente dele. Matado o tio que criou. E esse cara estava lá. Aí o pessoal que estava comigo, os nossos estagiários da clínica, disseram: "Maíke, tá tensa a situação. Olha aquele senhor lá, que acusa que o pai do Seu Júlio matou o pai de criação dele, está na reunião. E agora, o que a gente faz? A gente cancela?" Aí eu respirei fundo e disse: "olha, uma coisa que eu aprendi na justiça restaurativa é que o círculo tem poder." Então nós sentamos, uma situação muito tensa. E aí tu tem que entrar e sentir o lugar.

Branca Vianna: O Maíke sabia que, pra conseguir quebrar aquele gelo de décadas, ele precisava ganhar a confiança dos dois lados do conflito. O primeiro passo era estabelecer as regras.

Maíke Kumaruara: "O que é que a gente quer aqui? A gente quer respeito, a gente quer escuta, a gente quer verdade, a gente quer paz, a gente quer conciliação, a gente quer parar de briga. O que eu faço para chegar nisso? Quando o outro estiver falando eu escuto, não posso ofender... Todo mundo está de acordo? Tá, beleza." Fizemos esse pacto.

Branca Vianna: O segundo passo era adiar um pouco a entrada no assunto, pra dar um pouco de perspectiva pro problema. Por exemplo: trazer alguma lembrança compartilhada que não tivesse nada a ver com o terreno do Seu Júlio nem com o gado dos quilombolas.

Maíke Kumaruara: E aí a gente pediu para-- A gente sempre faz-- para contar uma história que conecte as pessoas, histórias alegres e tal. E aí foi contada algumas histórias, assim, que de fato fez com que a galera desse uma destensionada e relaxasse. "Poxa, mas a gente foi tão feliz naquela festa, foi tão feliz naquele momento..."

Branca Vianna: Claro que tinha gente ali que tava ansiosa pra entrar logo na questão do conflito.

Maíke Kumaruara: "Não sei quem é violento", acusação. "Fulano tem as mãos manchadas de sangue..." Daí a gente: "Não, não, não, não, não, gente. Vamos voltar, ainda não chegamos no ponto". E aí como a gente tinha ganhado a confiança, eles escutaram a gente e disse: "ó, ainda não está na hora de a gente chegar. A gente vai fazendo todo um procedimento até chegar no ponto principal."

Branca Vianna: E, conforme o Maíke ia puxando fio a fio do emaranhado de histórias, os mal entendidos do passado foram vindo à tona. E algumas versões de conflitos que já tavam cristalizadas na memória dos moradores não resistiram à acareação.

Maíke Kumaruara: Teve uma senhora lá que é criadora de gado, que

o marido é criadora de gado, que foi muito decisiva, porque ela disse: "Olha, não foi assim que aconteceu. Não foi assim que eu me senti. Vocês estão falando que eu me senti desse jeito, mas eu tô dizendo que eu não me senti desse jeito, não foi culpa do Seu Júlio". E a gente foi, sabe, entrando, conversando. Seu Júlio teve oportunidade de falar tudo que ele tinha para falar, de escutar tudo que ele tinha de-- para escutar.

Branca Vianna: No fim do encontro, o Seu Júlio concordou que o gado voltasse pelas terras dele naquela semana.

Branca Vianna: Essas duas histórias, a de Planaltina e a de Santarém, são exemplos de práticas de Justiça Restaurativa que já aconteceram dentro da justiça brasileira. Era tudo que a Valentina, do episódio passado de *Crime e Castigo*, tava buscando: um processo de responsabilização e acolhimento. A juíza Catarina, aliás, é movida pelos mesmos argumentos que fizeram a Valentina decidir não denunciar o estuprador à polícia.

Catarina Corrêa: Eu acredito que nesse momento a justiça restaurativa pode e deve contribuir para que a gente segregue menos, para que a gente tenha opções ao encarceramento. Porque a verdade é que hoje o nosso sistema funciona tendo como primeira resposta a prisão.

Branca Vianna: Foi justamente a insatisfação com o sistema de justiça tradicional que levou a Catarina a encontrar o caminho dela na justiça restaurativa.

Catarina Corrêa: A primeira e grande motivação, Branca, é saber que o que a gente tem como resposta ao crime não funciona. Que a gente segrega, segrega as pessoas, que a gente mantém um sistema carcerário que não ressocializa, enfim. E que o melhor sistema carcerário possível não pode trazer os resultados que a gente espera de um sistema carcerário. E a gente ainda não internalizou que podem existir outros tipos de resposta. Essa ideia de que o erro tem que ser punido é uma ideia muito forte. E a gente só entende punição como sofrimento. A gente só entende punição se a gente perceber que de alguma forma foi infligido sofrimento àquela pessoa.

Branca Vianna: E aí a gente cai de novo naquela confusão entre justiça e vingança. O ofensor só é punido, ele não é convidado a fazer nenhuma reflexão sobre o que ele fez. Não tem nenhuma responsabilização de fato.

E um detalhe importante que a Catarina lembra é que um processo que prioriza a responsabilização em vez da punição tá longe de ser uma pena leve.

Catarina Corrêa: Porque se responsabilizar não é um processo fácil. Se responsabilizar é um processo duro, é um processo de sofrimento interno, mas não é um sofrimento físico, não é um sofrimento que vá ficar visível nas páginas do jornal. Mas é muito duro, porque o que eu chamo o ofensor a fazer é sair de uma situação de passividade, de sair de uma situação de espectador daquele processo para se tornar protagonista dele, para tomar as rédeas daquele processo. E para olhar para ele mesmo e entender o que ele fez, por que ele fez, as consequências do que ele fez para ele, para a comunidade dele, para a vítima, para a comunidade da vítima. Esse não é um processo fácil. É muito mais fácil você receber uma pena passivamente e reproduzir a ideia de injustiça. Por que para quem recebe uma pena, todo tanto é muito.

Branca Vianna: Eu aproveitei pra esclarecer com a Catarina uma dúvida que eu tinha desde que eu comecei a ouvir falar de justiça restaurativa: o fato de o ofensor dar mais detalhes sobre o crime durante os encontros não pode impactar a pena dele?

Catarina Corrêa: Não, Branca. Por quê? A maioria desses casos são encaminhados depois que ele foi interrogado, ou seja, que ele já confessou no processo formal. E quando não acontece assim, quando acontece antes, se eventualmente não é possível o acordo, nada do que foi conversado no processo restaurativo chega ao juiz. Porque a prática de justiça restaurativa, ela é confidencial. Então o que a gente vai ter acesso depois é o termo do acordo restaurativo quando esse acordo restaurativo é possível. Quando não é possível, o facilitador vai só devolver o processo informando que não foi possível o acordo restaurativo e ponto.

Branca Vianna: Ok, não impacta a pena dele pra pior. Mas pode impactar pra melhor?

CATARINA É dito para ele, Branca, porque primeiro, a principal preocupação do advogado de defesa é que isso tenha repercussão na pena. Agora, o facilitador deixa bem claro, assim como o juízo, que pode ou não haver influência na pena. A ideia é que sempre haja porque a nossa lei já permite isso. Em tudo isso aí você pode inserir essa responsabilização, esse acordo restaurativo. Mas a decisão é do juiz. E isso é deixado bem claro.

Branca Vianna: No caso do Leonardo, o rapaz que atropelou a família em Planaltina...

Catarina Corrêa: Uma juíza iniciou e outro juiz terminou. Poderia ser que o juiz que pegou o processo no meio, que entrou, entendesse que

não, "olha, isso aqui para mim foi legal para eles, mas para o meu processo aqui, na minha decisão, não vai influenciar". Então isso é deixado bem claro.

Branca Vianna: Então, pelo que eu entendo, no Brasil, a justiça restaurativa tá com um pé fora, um pé dentro do sistema tradicional, né? Quer dizer, os casos que a gente viu aqui: no caso da Planaltina, tava dentro, porque foi uma juíza que encaminhou o caso pra Catarina, que é outra juíza... e no caso do Maike, tava fora, porque foi o próprio líder quilombola quem procurou a clínica dele diretamente, sem passar pela justiça.

Flora Thomson-DeVeaux: Mas essa clínica, enfim, funciona com o Ministério Público, então não tá completamente ao lado.

Paula Scarpin: Mas não teve um juiz que encaminhou o caso pro Maike.

Flora Thomson-DeVeaux: Não, não chegou a entrar pela porta do tribunal. Porque é isso, um caso pode passar pela justiça restaurativa sem envolver tribunal, mas ainda com conhecimento das autoridades... ou pode entrar pelo tribunal e sair pela mediação... ou pode ir do tribunal pra mediação, e de volta pro tribunal se dá errado, né. Meio confuso.

Paula Scarpin: Não, vamo lá. A Catarina contou que ali em Planaltina, os crimes leves, eles já vão pra justiça restaurativa meio que automaticamente – porque eles têm um centro de justiça restaurativa ali. E mesmo os crimes mais sérios, eles podem optar - o juiz, ou a juíza, eles podem optar por levar pra justiça restaurativa pra passar por uma mediação se acharem que é o melhor caminho pra aquele caso específico.

Flora Thomson-DeVeaux: Se é um caso que...

Paula Scarpin: Que faz sentido ter uma mediação, seguindo aquela lista que você tinha mencionado antes. De todo mundo estar de acordo sobre o que aconteceu no crime, a vítima ainda estar sob os efeitos do trauma... Agora, se o processo vai pra justiça restaurativa, e ele não dá certo, aí ele volta pra justiça tradicional.

Flora Thomson-DeVeaux: Isso de ofensas mais leves irem pra justiça restaurativa mais ou menos automaticamente, enfim, ouvindo a Catarina, fiquei pensando que Planaltina é quase como um futuro possível, né?

Catarina Corrêa: Todos os processos do juizado especial criminal vão para a justiça restaurativa. A comunidade até já internalizou. Quando eu estava lá eu... Uma vez recebi um termo circunstanciado que era uma briga entre parentes e que o ofensor foi lá na delegacia, relatou os fatos, e aí no final do depoimento dele ele diz que quer que seja feito pela justiça restaurativa. [ri] Ou seja, ele já-- já tinha ouvido falar, já tinha visto que era uma experiência de alguma forma boa e que era a que ele buscava do judiciário.

Branca Vianna: Quer dizer: Planaltina é mesmo uma exceção.

O processo restaurativo ainda tá longe de ser uma medida comum no país, e depende principalmente da interpretação do juiz responsável pelo caso.

Pro bem ou pro mal, o sistema de justiça tradicional continua soberano, e a justiça restaurativa é mais uma ferramenta à disposição. Mas como uma ferramenta opcional, digamos, e até bem pouco conhecida. Ela nem é considerada na maior parte dos processos.

O Maike, o facilitador lá de Santarém, experimentou isso na pele. Um dia, quando ele tava saindo da clínica, feliz porque tinha acabado de mediar um círculo bem-sucedido...

Maike Kumaruara: A minha esposa ligou e disse: "Maike, a nossa filha de 5 anos foi assediada. Um vizinho nosso passou a mão nela, passou a língua no peito dela e disse que estava dando amor para ela". Nossa, meu mundo caiu, gente. Nossa, aquilo ali foi uma... sabe...

Branca Vianna: O Maike correu pra casa, e a filha contou pra ele o que tinha acontecido.

Maike Kumaruara: Porque assim, a gente educa nossa filha e diz assim: "Olha, minha filha, só quem pode trocar sua fralda é seu pai e sua mãe, ninguém mais pode pegar". E a gente fala, nas suas partes íntimas, fala o nome certo, vagina, ninguém pode pegar nisso, né. E aí ela contou, né, como foi. E assim, a primeira reação é aquela reação da violência, né? "Pô, meu irmão, se eu pegar esse cara, eu vou quebrar". Inclusive, uma-- uma orientação do vizinho: "olha, meu irmão, pega um terçado e arrebenta ele". Aí eu falei, "não, cara".

Branca Vianna: Quando ele ouviu outra pessoa verbalizar o que ele tinha o impulso de fazer, o Maike percebeu que a saída violenta não tinha nada a ver com ele. Ele ainda tava confuso, mas já deu pra riscar a vingança física das possibilidades. Foi aí que ele decidiu ligar pra uma das mentoras dele na Justiça Restaurativa: a Petronella Maria Boonen.

A Petronella – que todo mundo chama de "Nelly" – é uma facilitadora referência no Brasil. Ela trabalha há 20 anos no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo, na zona sul de São Paulo. Foi lá que o Maíke conheceu a Nelly, e eles se falam sempre.

Nesse dia, o Maíke desabafou com a Nelly e pediu uma luz. Ela, claro, falou o que ele queria ouvir. O que no fundo ele sabia que era a solução que tinha mais a ver com o que ele pensava: procurar um facilitador e tentar uma saída restaurativa com o vizinho.

Maíke Kumaruara: E aí, só que o que acontece? Os vizinhos fizeram uma denúncia anônima, a justiça mandou uma intimação para eu levar minha filha na delegacia da mulher, da criança, né?

Branca Vianna: Quer dizer: aí já era tarde demais. Com a denúncia anônima, a decisão de como conduzir o caso tinha saído das mãos dele.

Maíke Kumaruara: Aí a gente foi na delegacia, aí tem um procedimento que é-- é um procedimento por profissionais, com psicólogo, com assistente social, com uma médica. Fizeram, né, todo um exame nela, ela não tinha sido violentada, né. Sofreu essa violência de passar a mão... E fizeram o laudo todo, ela deu o depoimento.

Branca Vianna: Etapa seguinte: a audiência. O juiz responsável pelo caso convocou a menina para depor.

Maíke Kumaruara: Aí eu disse, "Não. Você-- A gente vai viver a revitimização? Não, não vai. Me falaram que era só na delegacia e acabou". O nosso advogado até disse: "Não, mas vamos, vamos, vamos levar, vamos levar". Eu me arrependo de ter levado ela. A gente levou. Ela relatou tudo, falou tudo.

Branca Vianna: Só que, depois de ouvir o depoimento da filha do Maíke, o juiz ficou intrigado com o vocabulário dela... e duvidou que ela tava contando a verdade.

Maíke Kumaruara: Eu vi que o juiz não estava muito—Aquela história de desqualificar a vítima: "mas uma criança, cinco anos só...". Ela falou "partes íntimas", "pegou nas minhas partes íntimas", como se fosse uma palavra muito adulta para uma criança, sabe?

Branca Vianna: E não parou por aí.

Maíke Kumaruara: E a única coisa que o juiz perguntou para mim foi qual era a minha religião, né? Porque a gente segue as religiões de matriz africana. A única coisa que o judiciário perguntou para mim foi isso. A promotora pediu para eu relatar a situação, nós relatamos...

Não pediram para ouvir a mãe. A mãe queria falar, tiraram o poder da mãe de falar.

Branca Vianna: O Maíke tava se sentindo de mãos atadas num caso de "casa de ferreiro, espeto de pau". Claro que ele tentou fazer um apelo pro juiz.

Maíke Kumaruara: Eu falei que eu era da justiça restaurativa, que eu queria outros caminhos, que eu não acreditava que a prisão iria resolver a situação. E falei que era importante o judiciário permitir isso, né, o método de justiça restaurativa, de colocar a gente frente a frente com a pessoa, porque às vezes na justiça restaurativa a gente quer, assim, saber o porquê. Eu falei que eu queria conversar com aquele senhor, queria participar.

Branca Vianna: O juiz ignorou o pedido do Maíke. O caso nunca foi encaminhado pra justiça restaurativa. O agressor foi absolvido em primeira instância e a promotoria recorreu. Nesse meio tempo, o vizinho se mudou e eles nunca mais se viram.

Maíke Kumaruara: E a justiça fez isso, né, que a gente questiona. Não deu poder de voz para a mãe, não reconheceu as minhas necessidades, não deu poder para a gente. Simplesmente o Estado monopolizou e disse, "Olha, quem vai fazer a justiça sou eu". E sumiu do caso... E é isso que a gente-- É contra tudo isso que a gente luta, a gente quer ter voz."

Branca Vianna: E olha que nesse caso do Maíke, pro sistema judicial, o caso foi resolvido. Não tinha prova, acabou. O negócio é que a gente não pensa no que vem depois, né, o que vem depois do tribunal. Mas e quando você tem um processo de justiça restaurativa, né, o que é que acontece quando um caso é, assim, entre aspas, "resolvido"?

Catarina Corrêa: Se o trabalho é bem feito, as pessoas, elas vão lembrar do facilitador com carinho, como uma pessoa que deu suporte. Não como uma pessoa da qual eu necessito para-- Você me entendeu? Eu construo meu caminho.

Branca Vianna: Só que no caso do atropelamento, a filha da senhora que morreu precisou entrar em contato com o facilitador uns dois anos depois do acidente.

Catarina Corrêa: Dois anos depois, ela ligou para o facilitador dizendo que o Leonardo tinha parado de pagar. E aí o facilitador foi entrar em contato com o Leonardo, enfim, tentando localizá-lo e entrou em contato com a mãe dele.

Branca Vianna: A mãe do Leonardo contou que ele tava passando por dificuldades, e

por isso tinha parado de pagar o valor mensal. Mas o mais surpreendente da história foi a reação da família das vítimas.

Catarina Corrêa: E aí antes do facilitador ligar para as meninas para informar o que tinha acontecido com o Leonardo, elas mesmas ligaram para ele e deixaram uma mensagem de voz dizendo que: "Olha, a gente já sabe o que aconteceu com o Leonardo, não precisa pagar mais. O que a gente queria a gente já conseguiu, que eram as cirurgias da criança. A gente tá muito bem e a gente acha que ele tá precisando mais do que a gente. E a gente agradece muito por tudo que vocês fizeram por nós."

Branca Vianna: Que coisa. Que história é essa, hein, nossa...

Paula Scarpin: Em Santarém também teve um final feliz, né.

Maike Kumaruara: O que me chama muito atenção foi a alegria no final do círculo, assim. Eu falei com todo mundo, quando eu saí Seu Júlio levou a gente num-- numa taberna e disse: "Olha, eu não posso tomar refrigerante, mas eu vou comprar esse refrigerante para vocês. Aqui, um grapete e uma bolacha recheada para vocês comerem". A gente falou, "Não, não precisa". "Não, não, eu faço questão. Faça questão. Vou até tomar um gole de refrigerante porque eu tô muito feliz". E rindo. Eu nunca tinha visto ele rir. E alegre, falando. Ou seja, ele precisava ser escutado, ele precisava ser acolhido, ele precisava que a sua-- o seu entendimento fosse respeitado. E isso aconteceu.

Branca Vianna: Esse caso, se não tivesse tido a interferência do Maike e do Nirson, tinha cara de que ia acabar dando em violência, né? Alguém poderia ter morrido, e aí outra pessoa poderia ter sido presa... Então mesmo quando o sistema judiciário "resolve", quer dizer, prende a pessoa, a cicatrização é horrível, né. Imagina como ficaria aquela comunidade, que já tava tão...

Flora Thomson-DeVeaux: À flor da pele. Cara, quando a gente entra numas histórias dessas, eu fico me encantando muito com essa ideia de um sistema comunitário de resolução de conflitos. Porque você vai na raiz do problema, você envolve todo mundo, dá pra considerar todos os fatores, inclusive coisa que aconteceu no século XIX, sei lá, você não fica preso – [ri] sempre gosto de considerar coisas do século XIX – mas você não fica preso a uma fórmula, que é o que a gente tem. Tipo, esse tipo de crime, vai tal tipo de castigo. Mas...

Paula Scarpin: Ai, lá vem.

Flora Thomson-DeVeaux: Não, é que a gente meio que já viveu isso,

né? Porque antes de ter um sistema judicial que fosse supostamente universal, em que as regras valem pra todo mundo – enfim, teoricamente, bem teoricamente, mas tudo bem...

Paula Scarpin: “Todo mundo”, entre aspas.

Flora Thomson-DeVeaux: É, “todo mundo” entre aspas... na ausência disso, é a receita perfeita pra desigualdade de tratamento. E a gente meio que inventou as nossas leis cagadas justamente pra evitar isso. Porque se você não tiver regra, você meio que... vale tudo, né?

Paula Scarpin: É, uma comunidade pode decidir que uma vida vale mais que outra, pode achar que uma mulher não tem mesmo o direito de reclamar da violência do marido.

Branca Vianna: É, pode decidir que um marido tem direito a matar a mulher. Aquela, “não aceitou o fim da relação”. E foi lá e matou.

Flora Thomson-DeVeaux: “Realmente, ela provocou...”

Branca Vianna: É, “ela provocou”. A gente já ouviu isso antes, né, em algum lugar.

Paula Scarpin: Algumas vezes.

Branca Vianna: Então, mas vocês não ficam curiosas pra saber, nesses outros casos que a gente falou até agora, que não foram casos de justiça restaurativa, quer dizer, como poderiam ter sido resolvidos? Assim, a morte do Alex, o assassinato do Rafael, o caso de fraude, de estelionato, do João Luiz, a violência que a Valentina sofreu... como poderia ter sido esses casos todos se eles tivessem passado pela justiça restaurativa?

Paula Scarpin: É difícil extrapolar, né? Mas a gente ouviu tanta história de como o nosso sistema tradicional é cheio de falha, que também é impossível não ficar otimista com essa perspectiva.

Flora Thomson-DeVeaux: De ter outra coisa, né.

Branca Vianna: Então resolveu tudo aqui? Tá aqui a solução pra todos os problemas...

Flora Thomson-DeVeaux: Acabou o podcast?

Branca Vianna: É, acabou o podcast, tá tudo resolvido, a gente já

resolveu aqui. Resolvemos a justiça... Agora, é isso?

Fernanda Rosenblatt: Porque vê, a galera já não entende de gênero. Já não entende de violência doméstica. Aí agora vai tirar a mesa, fazer um círculo e vão se abraçar mesmo. Tá entendendo?

Petronella Maria Boonen: Então isso foi, assim, um desastre. A escola nunca mais quis saber da gente, sabe, assim. Totalmente despreparado, totalmente inexperiente...

Fernanda Rosenblatt: Sem treinamento suficiente... Vai dar merda!

Branca Vianna: No próximo episódio a gente vai ver que não é tão simples assim.

Branca Vianna: *Crime e Castigo* é uma série original da Rádio Novelo realizada com recursos do Instituto Betty e Jacob Lafer e da Oak Foundation.

Se quiser pegar mais referências daquilo que a gente vem falando, nosso site é radionovelo.com.br/crimeecastigo.

A idealização, a pesquisa, e a apresentação são minhas, da Flora Thomson-DeVeaux e da Paula Scarpin.

O roteiro é da Ludmila Naves e do Lucas Calmon.

O André Emídio colaborou com a pesquisa.

A Juliana Jaeger é a gerente de estratégia, e a Marcelle Darrieux é a nossa gerente de produção. Guilherme Alpendre é o nosso diretor executivo.

A produção é da Mari Faria.

A checagem, da Marcella Ramos.

A edição é do Lucca Mendes.

A sonorização é da Júlia Matos e da Paula Scarpin, e a mixagem é da Pipoca Sound.

A música original é do Pedro Leal David.

A FêCris Vasconcellos cuidou da coordenação de estratégia, e as redes sociais e relacionamento são da Bia Ribeiro e do Eduardo Wolff.

A identidade visual é da Elisa Pessoa, e o design gráfico é do Mateus Coutinho.

O web design e desenvolvimento do nosso site são da Paula Carvalho e da Amanda Gedra.

A gente gravou no Estúdio Rastro no Rio, no Estúdio Madruga em Brasília, e no Studio Áudio Music em Santarém.

O trabalho de transcrição pra esse episódio foi do Pedro Gutman.

Todos os episódios de *Crime e Castigo* já estão no ar.